

Os espólios de Jafé: a historiografia dos antecedentes das teorias das origens indo-europeias

Márcio Guimarães (UFPR)

RESUMO

Procuramos estabelecer os antecedentes históricos mais remotos da *história de Babel*, isto é, a narrativa da origem dos povos e línguas europeias baseada na narrativa bíblica, desde a Antiguidade Tardia até a teoria cítica do século XVII. A perspectiva adotada é a de entendermos esse período em seus próprios termos e não como uma época de antecedentes remotos e fragmentários das teorias científicas da linguística histórica institucionalizada. Por isso, identificaremos os principais componentes, cognitivos e sociais, do trabalho intelectual em que foram produzidos os textos em que é reproduzida essa narrativa das origens.

Palavras-chave: *Línguas Indo-europeias; histoire de Babel; estudos linguísticos na Antiguidade Tardia; estudos linguísticos na Idade Média; historiografia linguística; sistemas de ideias.*

ABSTRACT

We seek to establish the most remote historical antecedents of the *histoire de Babel*, that is, the narrative of the origin of indo-european peoples and languages based on the biblical narrative, from Late Antiquity to the seventeenth-century scythic theory. The adopted perspective is to understand this period in its own terms and not as a time of remote and fragmentary antecedents of scientific theories of institutionalized historical linguistics. Therefore, we will identify the main components, cognitive and social, of the intellectual work in which the texts, in which this narrative of origins is reproduced, were produced.

Keywords: *Indo-european languages; histoire de Babel; linguistic studies in the Late Antiquity; linguistics studies in the Middle Age; linguistic studies in Renaissance; linguistic historiography; idea systems.*

Em *Über die Sprach und Weisheit der Indien* [sobre a língua e a sabedoria dos indianos], publicado em 1808, Friedrich Schlegel atribui a Sir William Jones e a Charles Wilkins o mérito de chamar a atenção para o parentesco entre o sânscrito e as línguas clássicas da Europa. Essa afirmação vai ser entendida, pela historiografia posterior, como um importante “ponto de ruptura”, que separaria indicações feitas de “modo isolado e fragmentário” sobre o parentesco entre as línguas (Robins, 1979, p. 107), por autores como Dante Alighieri e os filólogos da República das Letras, nos séculos XVI e XVII, do surgimento do método histórico-comparativo e, por extensão, da linguística como disciplina científica. Ainda que o mito da fundação do método histórico-comparativo na famosa passagem do filólogo de Jones já tenha sido severamente desconstruído (Campbell, 2006), muito dessa perspectiva de isolamento e fragmentariedade permanece, embora ela seja mais um efeito da leitura que a historiografia da linguística do século XX faz desses textos do que propriamente uma característica do período. Ela é fruto da insistência da historiografia de ver esse período como a “véspera dos tempos modernos”

(Robins, id.), ou a “pré-história” da disciplina (Metcalf, 2013, p. 54), ao invés de uma fase da história da reflexão sobre a origem e a natureza das línguas com suas próprias práticas e o seu próprio sistema de ideias. Ao invés de um esforço para identificar os fundamentos sociais e cognitivos desse período da história, a historiografia se empenhou durante muito tempo na busca de “antecedentes” de noções e práticas metodológicas caras à linguística posterior, como as primeiras tentativas de identificação de correspondências sonoras ou o rastreo das “teorias” de mudança linguística subjacentes aos textos dos autores antigos.

Ainda que parte da historiografia mais recente (como Droixhe, 2007, Eskhult, 2012, van Miertz, 2018) tenha restaurado a importância do período da República das Letras na história das reflexões linguísticas anteriores ao surgimento da ciência institucionalizada, a perspectiva ainda é a da formação do pensamento moderno (não apenas linguístico) a partir do pensamento religioso. A teoria básica da origem das línguas durante esse período, a que Droixhe chama de *histoire de Babel*, que já aparece em Dante, é muito anterior a ele, tendo suas raízes na história eclesiástica, junto aos primeiros padres cristãos. Por trás dessa narrativa relativamente curta e que é sistematicamente repetida existe uma mesma concepção básica não só sobre a história das origens de povos e línguas, mas da própria concepção de *história*, construída dentro de uma forma específica de pensamento, fundamentada na religião cristã, e que vai subjazer até mesmo a filologia da República das Letras.

Vamos partir de uma análise, na primeira seção, das alegações da moderna historiografia da linguística, desde as primeiras tentativas de enxergar os antecedentes da busca pelas origens das línguas indo-europeias no trabalho de filólogos do século XVII, até a identificação de antecedentes ainda mais antigos no *De Vulgari Eloquentia*, de Dante Alighieri, mas também do trabalho mais recente de estabelecer as concepções que subjazem a “revolução filológica” da República das Letras. A partir daí, na seção seguinte, partindo da versão moderna da história de Babel da filologia do século XVII, a chamada “hipótese crítica”, remontaremos à origem dessa narrativa, ou linha de narrativas, até os primeiros padres da Igreja e daí até o fim da Idade Média, verificando que os pontos *ab quem* da moderna historiografia se revelam os pontos *ad quem* dos empreendimentos da antiga historiografia eclesiástica e da moderna filologia dos séculos XVI e XVII. Na última seção, identificaremos em linhas bastante gerais o sistema de ideias subjacente à história de Babel, lançando a base para a descrição das principais convergências e divergências, tanto cognitivas quanto sociais, ao longo da extensa época em que a história de Babel de alguma forma embasa as concepções da história da origem das línguas.

Da historiografia dos antecedentes à República das Letras

George Metcalf, em um texto de 1974¹ vai identificar o antecedente mais remoto da teoria da origem comum das línguas indo-europeias que subjaz à linguística histórico-comparada do século XIX na leitura proferida pelo filólogo sueco Andreas Jäger perante a Universidade de Wittemberg, em 1686, *De vetustissima lingua Europae*. Nesse texto, Jäger identifica a origem comum das línguas germânicas, eslavas, célticas, o latim, o grego e o persa antigo em uma língua-mãe antiga, já perdida, a que ele denomina *matrix scytho-celtica*. Já em 1958, num *paper* apresentado na Universidade de Michigan², sobre as ideias linguísticas do filólogo alemão Theodor Bibliander, do século XVI, Metcalf já havia estabelecido a perspectiva historiográfica de rastreamento de antecedentes, tentando identificar uma teoria da mudança linguística em Bibliander e buscando (2013, p. 21), p. ex., os prenúncios de uma teoria da correspondência sonora no raciocínio do filólogo francês Isaac Casaubon (1569-1614) que descreve a distribuição simétrica entre uma letra C latina e uma letra H germânica (*cornu x horn; cannabis x hemp* etc.). Da mesma forma, Mounin (1967, p. 122) já havia identificado no arezzano Angelo Canini (1521-1557) “l’embryon d’un comparatisme véritable, même s’il est encore des plus informes”.

Seguindo o mesmo filão, Konrad Koerner, num texto de 1981 (reproduzido em Koerner, 1989, p. 151) vai recuar a hipótese cítica a Saumase e a Boxhorn, na primeira metade do século XVII. O interesse específico de Koerner é o de rastrear as origens do conceito de “indo-europeu”, observando que o conceito de uma observação particular antedata o termo descritivo, e que isso é um fenômeno que acontece com as descobertas científicas em qualquer ciência, não apenas na linguística (ib.). Koerner entende que as classes educadas do Renascimento em diante já observavam semelhanças entre as línguas europeias e o persa, concluindo que elas seriam aparentadas.

Em seu *Short History*, cuja primeira edição americana é de 1967, Robins já havia rastreado muito mais profundamente, no passado, as origens dos estudos sobre as relações históricas concernentes aos grupos de línguas, identificando o seu início na obra de Dante Alighieri. Muito sintomaticamente, o que Robins (1979, p. 132-3) atribui a Dante é o pioneirismo em ideias bastante caras aos “paradigmas” da linguística institucionalizada no século XIX: o modelo geral de formação de dialetos e línguas como resultado da ação do tempo após a dispersão e fragmentação de comunidades de falantes e o uso de marcadores específicos (no caso, as formas para “sim”: *iò* para a Alemanha, *sic* na Romênia do Sul, *hoc* no sul da França e *hoc ille* na França do norte) para a delimitação de ramos particulares na família de línguas, antecipando o uso

1 Reproduzido em Metcalf, 2013, p. 34-56.

2 Metcalf, 2013, p. 19-33.

de *centum e satem* para os principais ramos indo-europeus. Além de Dante, Robins menciona (1979, p. 133) a teoria de Joseph Justus Scaliger das onze *matrices*, passando daí direto para as investigações de Leibniz. Ele observa que toda a reflexão linguística deste período está subordinada à teoria (sic!) da diversificação das línguas baseada na história da Torre de Babel, contada no capítulo 11 do livro do *Gênesis*. Para Robins, esses relatos, ou “teorias” sobre a origem das línguas refletem um esforço de se conciliar a ciência com a interpretação literal da história da criação estampada no *Gênesis*, comparável aos primeiros esforços de geólogos e zoólogos para ajustarem suas observações científicas às cronologias e ordem de acontecimentos descritos na Bíblia.

Daniel Droixhe viria dar um melhor detalhamento sobre as investigações filológicas nos séculos XVI e XVII. Em uma série de artigos publicados a partir do final da década de 1970, reunidos em Droixhe (2007), o autor prosseguiu muito além do simples rastreio dos “antecedentes observacionais” das descobertas do período científico da linguística, antecipando o retrato detalhado da filologia dos séculos XVI e XVII nos Países Baixos, o período conhecido como *République des Lettres*³, em que as obras de Boxhorn, Saumase, Jäger foram compostas. Por Droixhe ficamos sabendo que a hipótese crítica é o produto de uma longa discussão nesse período, que vai submeter a história de Babel a um crivo crítico. A autoridade da Bíblia judaica é questionada, ao mesmo tempo em que os privilégios do hebraico perante outras línguas, inclusive o entendimento, mais ou menos tácito desde a baixa antiguidade, de que ela seria a língua adâmica (id., p. 19). Aventa-se a hipótese de que essa língua original tenha se conservado em alguma outra língua (cf. a tese de Goropius Becanus identificando-a com o holandês), ou que se tenha perdido totalmente na confusão de Babel (id., p. 58). A identificação de uma antiga língua ancestral de todas as línguas europeias pode ser rastreada ao editor flamengo Franciscos Raphelengius [Frans van Ravelingen], que já em 1586 havia apontado analogias entre étimos comuns a essas línguas e o persa (id., p. 118). Mais tarde, na correspondência entre os eruditos franceses Nicolás Periesc e Claude Saumaise, se aventa a identidade dessa língua com a língua crítica, entendida como idêntica, ou ancestral, da língua gótica (e também da céltica). Droixhe avançou bastante na identificação das tensões epistemológicas e espirituais ao longo do período que vai do final do século XVI ao advento das discussões sobre a *língua universal* e a origem da linguagem, no século XVIII. O autor não apresentou, no entanto (e nem

3 O termo *República das Letras* começou a ser utilizado na segunda metade do século XVII para designar uma comunidade intelectual de diversos países europeus (e depois da América do Norte) que mantinham uma rede de comunicações para além das fronteiras (culturais e políticas) nacionais. É mais ou menos consensual que o termo foi utilizado pela primeira vez por Pierre Bayle na sua revista *Nouvelles de la République des Lettres*, em 1684 (Lambe, 1988, p. 273), tendo como modelo a comunidade de filósofos representada na *República* de Platão.

era o seu foco), um quadro detalhado do conjunto de assunções filosóficas que embasa o trabalho filológico da República das Letras.

Eskhult (2012) identifica um importante marco nessa linha de narrativas, que é o texto *Brevis designatio meditationum de originibus gentium ductis potissimum ex indicio linguarum*, de Gottfried Leibniz: publicado em 1701, ele é posterior ao texto de Jäger e antecede em três anos a composição dos *Nouveaux Essais* do mesmo Leibniz, pelo que podemos situá-lo no limiar da transição entre o período das reflexões históricas da República das Letras e uma nova época de predominância (ou talvez seja mais adequado dizer *de saliência*) dos estudos sobre a origem e a natureza da linguagem. Eskhult está interessado apenas na conjunção desses elementos no trabalho de filólogos da República das Letras, sobretudo no que diz respeito à pervasiva presença da narrativa do hebreu como língua natural, identificando as diferenças de pensamento entre os diferentes autores, apesar de mostrar que eles compartilhavam uma mesma visão comum baseada na herança clássica, patrística e bíblica. Do ponto de vista do que interessa para este artigo, no entanto, ele não propriamente identifica os principais elementos (filosóficos, teóricos, metodológicos e subjetivos) que compõem a linha de narrativas que estamos perseguindo, mas estabelece o quadro histórico mais geral onde esses elementos devem ser buscados.

Na sequência, antes de identificar e descrever o sistema de ideias subjacente a essa linha de narrativas, buscando nele o que existe de unitário e também o que varia de época para época, o que faremos na última seção, gostaríamos de rastrear a linha de narrativas dos espólios de Jafé desde a sua origem, nos primórdios da patrística cristã, até seus desdobramentos últimos, na Idade Moderna. Nosso ponto de partida e de chegada serão as duas obras e autores tomados os pontos *ab quo* das concepções sobre as origens das línguas estabelecidos pela historiografia moderna: o *De Vetustissima Lingua Europae*, de Jäger e o *De Vulgari Eloquentia*, de Dante. Porém, muito embora ambos se situem nos limiares iniciais de novos períodos de reflexão – Dante, com relação ao período do Renascimento e Jäger com relação ao período das discussões sobre a origem e a natureza da linguagem no século XVIII – eles também representam uma espécie de culminação de tradições anteriores de pensamento. Nossa primeira tarefa, neste texto, será o de chamar atenção para esse ponto. Num nível mais profundo, tentaremos embasar a identificação das concepções subjacentes à história de Babel que faremos na última seção.

Para uma estatigrafia dos espólios de Jafé: da República das Letras a Dante

O *De Vetustissima Lingua Europae*, de Andreas Jäger, longe de representar o *terminus quo* das reflexões sobre a origem das línguas europeias que os primórdios da historiografia moderna desse período enxergaram, antes

pode ser visto como um texto que resume uma longa discussão encaminhada no período da República das Letras acerca da origem das línguas europeias, referido por diversos autores posteriores. Metcalf (1974, p. 19), inclusive, o considera altamente derivativo de trabalhos de autores anteriores, como Saumaise e Boxhorn. Droixhe (2007, p. 72-4) observa que Boxhorn, bastante citado ao longo do século XVIII, desenvolve uma “mauvaise reputation” de mero compilador, ainda que eventualmente o mérito de sua “hipótese cítica” seja eventualmente reconhecido (por John Wilkins, por exemplo, cf. Droixhe, 2007, p. 70). Com relação ao período da República das Letras, a historiografia desse período se fez em abundante material, estabelecendo os principais fatos e sequências (Droixhe, 2007), e destacando a importância do período não apenas para o desenvolvimento da filologia, mas com relação a importantes mudanças cognitivas no pensamento ocidental como um todo (van Miert, 2018). A já citada *Brevis designatio*, de Leibniz, poderia ser entendida como um fecho melhor para esse período “filológico”, já figurando, por seu método mais argumentativo do que de análise textual, uma transição para o período mais “filosófico” do século XVII. Jäger, no entanto, exerce melhor a função de sistematizador das concepções do período.

Jäger inicia a *Praefatio* (1686, p. A1) da sua obra, contrapondo-se às ideias de Cluverius e Goropius de que a língua original não se encontrava em parte alguma, mas estava disseminada pelas demais línguas, o que representa o reconhecimento da vitória de autores como Saumaise e Boxhorn na defesa da chamada “hipótese cítica” (Droixhe, 2007, p. 59). Imediatamente em seguida, Jäger reivindica o seu pertencimento a uma tradição mais antiga de autores:

Idiomata diversa irae ac justitiae divinae (quam in Babyloniis immani fastu turgidis divinum Numen declaraverit,) τεκμήρια habenda, Josephus I. Antiqu. 4. Origenes in Num. Hom. 11. Hieronymus in Soph. 3. Eusebius l.9. H.E. c. 4, l.10, c.12 & Augustinus lib. 16 de C.D. c. II. asseuerunt haud abs re.

Os diversos idiomas se originaram da ira e da justiça divina (que o Nume divino teria manifestado no meio dos babilônios cheios de enorme soberba) comprovados pelos testemunhos de Josefo *Antiquitates Iudaicae*, capítulo I; Orígenes em *Homilia Numeris* 11; Jerônimo em *Explicatio in Sophoniam* 3; Eusébio livro 9 da *História Eclesiástica* e livro 10, capítulo 12 e Agostinho, livro 16 da *Cidade de Deus*, capítulo 2, que apresentam afirmações a favor [lit. não contrárias] do caso.

Dois dos nomes que Jäger chama em testemunho – Orígenes e Eusébio – remontam ao início da longa tradição da historiografia cristã. Em ambos os casos, a referência ao episódio da confusão de línguas em Babel é muito

indireta. No entanto, esses dois autores estabelecem os fundamentos de uma perspectiva historiográfica cristã, destinada a (re)contar a história de uma perspectiva cristã, acomodando a narrativa bíblica ao que era narrado nos autores pagãos e vice-versa. A *Historia Ecclesiastica*, de Eusébio de Cesaréia (260-339), é o exemplar mais antigo e prototípico para uma longa série que se lhe segue. Trata-se de uma história da Igreja, desde a criação, conforme narrada na Bíblia, até o período contemporâneo ao autor, escrita de acordo com os moldes da historiografia greco-romana. Já Orígenes de Alexandria, ou de Cesaréia (184-254), citado por uma referência ao episódio da confusão de línguas na torre de babel em um texto homilético sobre o livro dos *Números*, estabeleceu as bases epistemológicas das tradições historiográfica e filológica cristãs.

Para Grafton e Williams (2008, p. 14), o início da elaboração de livros, por parte dos autores cristãos, não meramente simboliza, mas de fato ajudou a criar, o nascente poder cultural das comunidades cristãs. Com a maior relevância cultural da comunidade, houve a necessidade de se contrapor às críticas dos filósofos pagãos, ao mesmo tempo em que a filosofia pagã, nomeadamente o neoplatonismo, exerciam uma grande influência sobre alguns cristãos, tendo o próprio Orígenes a experimentado quando jovem. Isso demandou o domínio das técnicas de argumentação lógicas e da retórica dos pagãos, para que a resposta às críticas e a denúncia da falsidade das posições neoplatônicas fosse feita nos próprios termos da filosofia pagã. Além disso, Orígenes viu na filologia, na filosofia, e mesmo na geometria e na astronomia dos pagãos, instrumentos importantes para a atividade de interpretação do texto das escrituras. Ao mesmo tempo, no entanto, em que esse conhecimento era precioso, ele também era perigoso, do ponto de vista da ortodoxia cristã. Ele deveria ser purificado de seu conteúdo pagão e adaptado a moldes cristãos. Grafton e Williams (id., p. 24) citam um trecho de uma carta de Eusébio a um de seus discípulos, Gregório Taumaturgo, em que o mestre comparava a apropriação do que fosse útil aos estudos encíclicos e propedêuticos da Escritura com os hebreus roubando dos egípcios a pele em que seriam postos os escritos, a arca que conservaria, o querubim e até o suporte em que a arca seria colocada.

No início da *Historia Ecclesiastica*, Eusébio faz uma breve menção sobre o episódio da torre de Babel (1953, p. 43), à existência da nação hebraica antes do Dilúvio e à filiação de Abraão a essa nação, que remonta a sua genealogia ao próprio Adão (id., p.52), sendo o principal objetivo desse início de sua história demonstrar a pré-existência de Cristo à sua vida terrena e sua natureza divina. O texto vai apresentar um tratamento narrativo e de fixação de cronologia apenas da época de Abraão em diante. Menos importante do que essa breve menção ao episódio de Babel, no entanto, é a presença de escolhas teóricas e metodológicas que vão não apenas marcar a historiografia cristã a partir desse trabalho, mas constituir o sistema de ideias predominante a partir de então.

A mais importante delas é a sincronização constante de eventos das histórias grega, romana e judaica, ao longo de todo o livro. Notável é a sincronização de Moisés com Cecrops, que tem o objetivo de demonstrar que Moisés era mais antigo do que qualquer escritor grego (Grafton e Williams, 2008, p. 136). O objetivo dessa sincronização é duplo: ao mesmo tempo que torna a história do Cristianismo visível e facilmente acessível em termos cronológicos (id., p. 140), a história grega e romana é apropriada e submetida a uma lógica cristã.

Esse tratamento mais cronológico a partir do tempo de Abraão, com sincronização com os eventos da história grega e romana, vai marcar os sucessores imediatos e mais influentes de Eusébio, como Teodoreto de Ciro (c. 393-c. 458), considerado o principal continuador imediato de Eusébio, e Zacarias, o Retor (c. 465- c. 536), também autor de uma *Historia Ecclesiastica*, que principia com uma análise da cronologia do *Gênesis*. Todas essas obras, no entanto, apresentam o mesmo tratamento de narrativas detalhadas com discussão e fixação de cronologias apenas a partir da época de Abraão.

A formatação mais completa – e também mais influente no contexto medieval posterior – da história da origem dos povos e línguas após a confusão na Torre de Babel, pode ser encontrada no Livro IX das *Etimologias*, de Isidoro de Sevilha. A extensa e enciclopédica obra de Isidoro foi extremamente influente na Europa medieval, como atestam a presença (ou relato da presença) de textos seus na Irlanda medieval, na França carolíngia e na Inglaterra, bem como as de inúmeras glosas em textos desde o renascimento carolíngio (Fear e Wood, 2016, p. 12). Através de sua obra, as concepções de autores clássicos como Aristóteles, Lucrécio e Plínio foram transmitidas para a Europa cristã medieval, devidamente acomodadas a uma concepção de mundo e de história centradas no cristianismo. Dante coloca a *ardente spiro* de Isidoro (e de Beda e de Riccardo⁴), no Paraíso (10, 130), que mostra que as concepções de Isidoro recobrem todo o lapso de tempo concernente à nossa exposição.

O Livro IX discorre sobre os povos, suas origens, costumes, organização social, militar. A primeira seção fixa a origem dos povos e de suas línguas no episódio de Babel e dá conta de por que os povos atuais não são exatamente os mesmos daquele tempo:

I. DE LINGVIS GENTIVM. [1] Linguarum diversitas exorta est in aedificatione turris post diluvium. Nam priusquam superbia turris illius in diversos signorum sonos humanam divideret societatem, una omnium nationum lingua fuit, quae Hebrae vocatur; quam Patriarchae et Prophetae usi sunt non solum in sermonibus suis, verum etiam in litteris sacris. In initio autem quot gentes, tot linguae fuerunt, deinde plures gentes quam linguae; quia ex una lingua multae sunt gentes exortae.

4 Ricardo de São Vítor, teólogo escocês do século XII.

SOBRE AS LÍNGUAS DAS NAÇÕES. [1] A diversidade de idiomas se originou na construção da torre após o dilúvio. Na verdade, antes de a arrogância da torre dividir a sociedade humana em diversos sons significativos, havia apenas uma língua para todas as nações, que é a chamada hebraica; foi usada não só nos sermões dos patriarcas e dos profetas, mas também nas sagradas escrituras. No início havia tantas gentes quanto línguas, depois, entretanto, mais nações do que línguas passaram a existir, já que uma língua originou muitas nações.

Em IX, II: 2, ele lista as nações conforme sua descendência a partir da progênie de Noé, reconhecendo 15 gentes e línguas descendentes de Sem, 31 de Cã e 27 de Jafé. As gentes e línguas descendentes de Léphet são nomeados [IX, II: 26 e 37]: gregos, iberos, itálicos, capadóciolos, trácios, sármatas, paflagônios, frígios, concluindo

[37] [...] Haec sunt gentes de stirpe Iaphet, quae a Tauro monte ad aquilonem mediam partem Asiae et omnem Europam usque ad Oceanum Britannicum possident, nomina et locis et gentibus relinquentes; de quibus postea inmutata sunt plurima, cetera permanent ut fuerunt.

Estas são as nações da estirpe de Japhet, que, desde o monte Tauro até o norte, possuem meia parte da Ásia e toda a Europa até o Oceano Britânico, e dão nomes para os lugares das nações restantes; dos quais depois disso muitos nomes foram mudados, enquanto outros permaneceram como eram.

Isidoro relaciona nomes citados na genealogia dos descendentes de Noé a nomes próprios citados em obras gregas ou romanas: Put (Gen. 10: 6) é relacionado a um rio de mesmo nome na Mauritânia; Sabá (Gen. 10:7) aos sabaeus [Sabaei], citados por Virgílio (Georg. 2, 117); Gomer, Madai, Iuvan e Tirás (Gen. 10: 2) com gálatas e gauleses, medos, jônios e trácios, respectivamente. O número total de nações e línguas obtido (73) aparece também em outras tradições, como no correspondente árabe das *Etymologiae* de Isidoro, o *Lisān al-‘Arab* [Língua dos Árabes] do lexicógrafo tunísio Ibn Manūr, do século XII (Atanaziu, 2001, p. 10), muito embora o historiador persa Al-Tabarī (século X), diga que a primeira cidade fundada após o Dilúvio se chamou *Oitenta*, devido ao fato de que foi fundada pelos 80 homens que sobreviveram à enchente. Quando essa cidade cresceu e ficou apertada demais para o povo todo, oitenta dentre eles partiram e se estabeleceram junto ao Eufrates para fundar Babel (id., p. 14).

Uma tradição historiográfica com características semelhantes à das histórias eclesiásticas, e de uma certa forma descendente delas, se forma no mundo muçulmano, a partir do século IX, florescendo nos três séculos posteriores. À semelhança da história eclesiástica cristã, essa tradição acomoda à narrativa bíblica a cronologia de eventos herdados da tradição clássica (pagã) e agora também a historiografia cristã. O elo entre a historiografia cristã e a muçulmana medieval é dado pela tradição historiográfica em siríaco. A tradução dos tratados historiográficos em grego para o siríaco antecede a origem de uma historiografia eclesiástica em siríaco, com a primeira das histórias eclesiásticas em siríaco atribuída a João de Éfeso (séc. VI), segundo a *Catholic Encyclopaedia* (cap. VII, A). Dessa tradição siríaca, a tradição muçulmana herdou a noção de que o siríaco (*loghah suryanah*) é a língua falada por toda a humanidade até a noite anterior à confusão das línguas em Babel (Atanaziu, 2001, p. 2), e que continuou sendo falada mesmo depois desse episódio, pela estirpe dos descendentes de Sem. Quando Abrão deixou Harran para atravessar o Eufrates (Gen. 12: 4-5), diz Al-Tabarī, Deus mudou a sua língua de siríaco para o hebreu. Quanto ao árabe, a versão mais difundida é que se trata da língua do céu. Segundo Atanaziu (id., p. 11), quem relata a história em melhores detalhes é o enciclopedista do século XV, Al-Sūyūṭī:

“Quando Deus [...] quis reunir as criaturas em Bâbil, ele mandou vento sobre elas. Eles se reuniram perguntando quem os estava reunindo. Um arauto gritou: ‘Quem colocou o Ocidente à sua direita e o leste à sua esquerda, e à sua frente a morada sagrada, a ele está investida a linguagem do Céu.’ Ya’rûb, filho de Qaḥṭân, levantou-se e foi dito: ‘Ó Ya’rûb, filho de Qaḥṭân, filho de Hûd, és tu?’ - E ele passou a ser o primeiro a falar árabe.”

Pela tradição muçulmana (Atanasiu, 2001, p. 4) o árabe, como língua celestial, se opõe à confusão das línguas em Babel (aqui *Babil* é associado ao árabe *tabalbalat* “confusão”, p. 11). Pela historiografia árabe posterior, a confusão de Babel não foi apenas linguística, mas também espiritual, que encontra sua contraparte na separação (em árabe, *furqa*) entre o bem e o mal. Babel é a fonte da magia, que confunde o bem e o mal, ao passo que uma sucessão de profetas se empenhou por garantir a separação, culminando com Maomé: um dos nomes do Corão é *Al-Furqân* “o afiado” (id., p. 2). O mito de Babel é explicitamente citado no Corão (id., p. 13) e a história da origem dos povos e línguas a partir do episódio de Babel é recorrente na historiografia e filologia muçulmana (árabe também, mas não só) posterior (id., p. 13).

Do lado cristão, durante a Idade Média, as historiografias das nações que estão se incorporando à cristandade vão se acomodar ao padrão da história eclesiástica, invariavelmente apresentando um resumo, maior ou menor, da

história da criação do mundo, uma sincronização entre os eventos da história pagã (incluindo a história nacional que se está fazendo) e os narrados na Bíblia e, mais raramente ainda, alguma aproximação etimológica entre os nomes pagãos e nomes na Bíblia. As referências à origem dos povos e das línguas em Babel sempre são bastante rápidas. Na mais antiga das narrativas desse tipo, a *Historia Francorum*, de Gregório de Tours (séc. VI), inicia com uma recapitulação da história bíblica, da criação até o nascimento de Jesus, fazendo uma referência (cap. 1, 5) bastante breve, à origem das nações na progênie de Noé e ao episódio da construção da Torre de Babel, “que significa ‘confusão’, porque aí as línguas dos homens foram confundidas”. (cap. 1, VI).

Já na Idade Média tardia, vamos encontrar na *Crônica Primária de Rus*⁵, de Nestor de Kyïv, que antecede a *De Vulgari Eloquentia* em mais de 200 anos, que lista o povo de Rus’ entre os descendentes remotos de Jafé. Essa remissão é herdada das fontes imediatas do autor, representadas pela historiografia bizantina, herdeira da historiografia eclesiástica da Antiguidade Tardia tanto quanto sua correspondente ocidental. Como ocorre em outras narrativas históricas fundadoras do período, a referência é bastante breve:

This sea as far as the land of the English and the French. For the following nations also are a part of the race of Japheth: the Varangians, the Swedes, the Normans, the Gotlanders, the Russes, the English, the Spaniards, the Italians, the Romans, the Germans, the French, the Venetians, the Genoese, and so on. Their homes are situated in the northwest, and adjoin the Hamitic tribes.

(NestCross & Shervobitz-Wetzor, p. 52)

Nem todas as histórias eclesiásticas se referem à história de Babel, ainda que os outros elementos (remontar à história da criação, sincronização, aproximação etimológica) possam estar presentes. Não há menção a Babel na *Gesta Danorum*, que vagamente associa os daneses aos dânaos e parte dos antepassados dos daneses cujas histórias são preservadas pelas narrativas orais, nem na *Historia Ecclesiastica* de Beda, que inicia a sua história listando os escotos, pictos e britânicos, *en passant* dizendo que os pictos vieram da cítia e os britônicos da Armória.

Vamos encontrar referência a Babel numa obra de caráter bastante diferente das histórias nacionais baseadas na história eclesiásticas. O *Auraicept*

5 O título original, “relato dos anos passados”, é na verdade formado pelas primeiras palavras da crônica, *Повість временних літ* (*povist’ vremennykh lit*). Diversas traduções, inclusive a de Cross e Sherbowitz-Wetzor que consultamos, traduzem-na como “crônica primária russa”, identificando Rus’ (*Русь*) automaticamente com a Rússia histórica. Na verdade, o estado de Rus’ (ca. 750-1242), centrado em Kyïv, é anterior à constituição do estado russo, centrado em Moscou, muito embora incluísse em seu território algumas partes da Rússia histórica.

na *n'Éces*, uma espécie de “manual de composição poética” irlandês do século VII, principia com uma descrição da história da língua gaélica, que teria se originado no episódio da confusão de línguas em Babel. Na Introdução da edição que consultamos, Calder (1917, p. xxxi-xxxii) observa que ou Isidoro é uma fonte do autor, ou ambos compartilham uma fonte comum, pois os fatos (ou fatos alegados) e a fraseologia são os mesmos, ao mesmo tempo que algumas passagens das *Origines* de Isidoro mostram que a Irlanda e os irlandeses não eram estranhas ao bispo sevilhano. Segundo o A, o gaélico é a língua que mostra maior “aptidão [cuibdi], leveza [edruma], suavidade [mine] e abrangência [forleithiu]” (I, 32) dentre todas as outras, porque foi a primeira trazida da Torre. Os primeiros a falarem gaélico foram “Sachab, filho de Rochemhurcos e Gaedel, filho de Ether, filho de Toe, filho de Baracham, um grego cita” (I, 39-41).

O *De Vulgari eloquentia*, numa série de aspectos importantes, contrasta com todas as obras que vem antes dela pela amplitude e profundidade das discussões linguísticas presentes nele. Também do ponto de vista da exposição da história de Babel, Dante inicia o texto com uma reflexão sobre a capacidade humana da linguagem, criada por Deus para dar conta de uma necessidade humana, e também para que o homem tivesse como glorificar a criação (V, 2-4). O hebreu é representado como a língua original transmitida por Deus a Abraão e conservada pela linhagem de Éber, bisneto de Sem e ancestral do povo de Israel (VI, 5). No capítulo VII, Dante descreve o episódio da confusão das línguas, explicando que as línguas atuais descendem das línguas originadas na confusão e que cada grupo de trabalhadores na construção da torre recebeu uma língua: e quanto mais elevada havia sido a função daquele grupo nos trabalhos, mais rude e bárbara foi a língua que lhes coube, como castigo pela arrogância desmedida (VII, 7). Três línguas foram levadas para a Europa, a primeira é o grego, à outra coube a parte setentrional e dela que descende as línguas dos eslavos, húngaros, teutões, saxões, ingleses e um grande número de nações (VIII, 5), e a terceira coube a parte meridional da Europa, esta também dividida em três línguas conforme a palavra para “sim” (*oc, oil e si*).

Existe muita novidade em Dante: 1. o uso de traços linguísticos específicos para a classificação de zonas dialetais, algo que viria a se tornar norma na dialetologia; 2. uma derivação importante do universalismo dos escolásticos, que é o de que a língua vernácula é o instrumento efetivo de comunicação entre os homens, e destes com Deus; 3. a consciência de que a alteração linguística é constante e inevitável, sendo uma característica essencial das línguas humanas e não um indício de algum tipo de degeneração de uma língua original. Interessa-nos aqui, no entanto, estabelecer a filiação de Dante a uma tradição muito mais antiga, não apenas no que diz respeito à referência à história de Babel, mas no fato de que seu trabalho continua

o empreendimento da história eclesiástica de sincronização entre os fatos observados e o modelo de história universal herdado da narrativa bíblica.

Um rastreio das fontes comuns a todos esses trabalhos e da linhagem dessas fontes por essa época necessitaria de um trabalho mais aprofundado, que foge aos objetivos deste texto. Até Dante, inclusive, temos remissões bastante genéricas à origem das línguas europeias nos descendentes de Jafé. O detalhamento não vai além de listar os nomes dos fundadores de acordo com relatos pagãos, a algum descendente do patriarca noaquita. Nesse sentido, o relato de Isidoro de Sevilha continua sendo o mais detalhado em todo o longo período da historiografia cristã. Dante agrega umas poucas novidades, nomeadamente alguma reflexão sobre como as línguas se originam e se modificam, e o uso de rudimentos de dados linguísticos. O uso desses dados linguísticos vai se incrementar no período posterior a Dante, embora ainda haja um lapso de quase duzentos anos entre ele e os pioneiros da hipótese crítica, como Bibliander. Nesse intervalo, talvez se deva buscar na cultura dos antiquários os pressupostos – materiais, inclusive – que irão desencadear a revolução filológica da República das Letras⁶. Essa busca, no entanto, também extrapola os objetivos deste artigo e deve ser objeto para pesquisa ulterior.

Tendo estabelecido as linhas básicas da cronologia da linha de narrativas que se ligam à história de Babel, desde seu início nos primórdios da patrística cristã, já possuímos as bases para delinear, em linhas gerais, o conjunto de concepções que embasavam o contexto historiográfico e filológico em que essa narrativa figura.

As concepções subjacentes à história de Babel

Nosso ponto de partida é a noção de sistema de ideias, tal como ela é apresentada por Amsterdamska (1987), a partir de Ossowski (1967), configurado como um conjunto de assunções filosóficas, teóricas e metodológicas que são compartilhados por membros de uma escola de conhecimento dentro de uma disciplina científica. A aplicação desse conceito ao caso em pauta neste artigo apresenta pelo menos dois problemas operacionais importantes. O primeiro é que se trata de um instrumento pensado para entender-se a constituição de escolas de pensamento no interior da ciência institucionalizada, o que no caso da linguística só ocorreu a partir do início do século XIX. No presente trabalho, pretendemos aplicá-lo a um período não só anterior à constituição das ciências modernas, mas a

⁶ Se isso se sustentar, um interessante paralelo pode ser traçado com a influência da tradição de antiquários orientalistas, principalmente franceses (*cf. Anquetil-Duperron*), na acumulação de manuscritos persas e indianos que ao mesmo tempo oferecerão material de pesquisa e despertarão o interesse sobre a origem e filiação da língua sânscrita, no período que antecede imediatamente o surgimento da disciplina institucionalizada da linguística.

atividades intelectuais baseadas no conhecimento religioso, que diferem do conhecimento científico em pontos essenciais. O segundo problema é o de que o conceito de sistema de ideias, na análise de Amsterdamska, é aplicado não à descrição dos corpos de assunções filosóficas, teóricas e metodológicas (e sociais) de cada escola de conhecimento da linguística do século XIX, mas especificamente às divergências (filosóficas, teóricas, metodológicas e sociais) entre escolas, que representam os processos de rupturas que criam essas escolas. No nosso caso, pretendemos identificar e descrever, ainda que em suas linhas mais gerais, um conjunto de assunções e práticas intelectuais que perpassam um grande período de tempo e que comportam, no seu interior, uma sucessão de “escolas de pensamento”, que se baseiam em atividades sociais bastante diferentes de lugar para lugar e de época para época, e que se constituem, cada uma delas, em termos de divergências dos sistemas de ideias das escolas que as antecederam.

Com relação ao primeiro problema, em nossa defesa temos que dizer que qualquer análise do período em questão dentro da historiografia linguística vai comportar a extensão de modelos de análise pensados para e utilizados primeiramente em estudo de casos do período científico dos estudos linguísticos, que em geral constituem os objetos mais imediatos dessa análise⁷. Nesse sentido, o modelo escolhido se impõe como alternativa aos principais modelos de descrição historiográfica disponíveis. Com relação às diferenças entre um pensamento religioso e um pensamento “científico”, entendido como uma perspectiva secular e que não parte de assunções teológicas, do ponto de vista histórico a distinção absoluta entre eles precisa ser relativizada, a fim de que a ligação entre eles seja melhor compreendida. O pensamento científico, secular, no Ocidente, deriva desse pensamento baseado em assunções teológicas. As disciplinas modernas, entre elas a filologia – e por extensão, a linguística – tiveram sua constituição num período anterior ao do estabelecimento de uma perspectiva desvinculada do pensamento religioso. Nesse sentido, alguns dos elementos básicos do funcionamento das atividades sociais de produção de conhecimento no período anterior ao do pensamento científico já estavam constituídas. As diferenças entre essas atividades e práticas e aquelas que se constituem na ciência moderna são melhor entendidas quando se identificam e distinguem os diversos tipos e níveis de assunções dentro do conjunto de concepções que foram compartilhadas ao longo da “pré-história” dessas disciplinas científicas.

Com relação ao segundo problema, o nosso enfoque de rastrear um conjunto de concepções que perpassa épocas diferentes e escolas de pensamento diferentes, com divergências bastante importantes entre si poderia

⁷ A historiografia da linguística do século XX herda das primeiras tentativas historiográficas já no século XIX uma extrema preocupação pelo processo de formação da disciplina científica institucionalizada e que fatores lhe garantiriam a unidade como disciplina (cf. Morpurgo-Davies, 1992, p. 119).

ser entendido como um primeiro passo para posteriores avanços no sentido de identificar essas escolas, bem como seus sistemas de ideias particulares. Limitações de espaço impedem que esse detalhamento seja feito aqui. Além disso, a identificação desses elementos mais gerais, que é o que pretendemos aqui, precisa ser feita para uma organização preliminar do campo de estudo.

O modelo utilizado aqui apresenta vantagens adicionais. Por um lado, identificando mais claramente os componentes filosóficos, teóricos e metodológicos dos sistemas de ideias, mostra-se mais interessante do que visões como as de Kuhn que, ao assumir a incomensurabilidade entre “paradigmas”, ignora o fato de que práticas metodológicas subsistem, ainda que os componentes filosóficos e/ou teóricos dos sistemas de ideias tenham se modificado (e vice-versa). Por outro lado, por entender os processos de alternância entre escolas de pensamento como processos de mudança tanto social como cognitiva, supera enfoque de Latour, que reduz os processos de validação e alternância entre escolas de conhecimento à luta entre grupos sociais pela conquista de poder, desconsiderando as divergências cognitivas entre eles.

A história de Babel surge a partir da narrativa bíblica, mas com ela não se confunde, por ser, na configuração em que aparece em Isidoro, um componente e uma construção teórica da historiografia eclesiástica, a qual, por sua vez, se constitui pela apropriação da metodologia da disciplina “pagã” pelo pensamento cristão. Essa metodologia, passa a se embasar agora em concepções filosóficas (acerca da natureza geral do mundo e do pensamento) e teóricas (elaboração de explicações embasadas nas concepções cristãs, validadas pelos achados históricos e filológicos em conformidade aos métodos já estabelecidos na história e filologia greco-latina) ditadas pelo cristianismo. Por outro lado, a vinculação dessas disciplinas aos propósitos da propagação da fé cristã e manutenção da doutrina dominante garantiam-lhe uma unidade em torno desse núcleo de concepções. Por isso, nossa primeira tarefa será tentar uma descrição, ainda que genérica e preliminar, dessas concepções mais gerais. O que vamos tentar aqui não é a descrição de um sistema de pensamento do cristianismo, mas apontar o tipo de prática intelectual que esse sistema permitia, e de como foi usado nas reflexões sobre as origens.

Como vimos na seção anterior, o modelo geral de trabalho dessas disciplinas foi estabelecido por Orígenes e, em suas linhas gerais, continuado nos séculos seguintes da história do cristianismo: elaborar os pontos da escritura de maneira filosófica, tornando-os teses a serem defendidas pelos métodos da dialética pagã; transformação da narrativa sagrada em história, no sentido da historiografia greco-latina; abordar o texto bíblico de maneira filológica para auxiliar na sua interpretação. Em todos esses casos havia não só o propósito de traduzir a escritura em termos filosóficos, históricos e filológicos, mas também o propósito reverso de subordinar essas disciplinas

à prática pastoral do cristianismo. Temos aí as metodologias das disciplinas “pagãs” a serviço de um novo componente filosófico, mas elas mesmas em teste perante a escritura, que ao garantir a verdade de seus achados naquilo em que eles concordam com a escritura revelaria seus limites, e suas falhas, quando os seus resultados se mostrarem discordantes da escritura. As novas explicações obtidas por esses métodos, como a origem do gaélico apresentada no *Auraicept*, ou as aproximações etimológicas de Isidoro (Madai como ancestral dos medos, Iuvan dos jônios e assim por diante) teriam que se acomodar ao que vai dito na escritura.

Esse componente filosófico, esse conjunto básico de assunções definido pela doutrina cristã, vai determinar que tipo de conhecimento pode ser obtido. Em contraste com a mentalidade secular “moderna”, o arcabouço geral da história do mundo e da criação já está definido pela narrativa da Escritura. Toda pesquisa possível, dentro desses limites estritos criados, se reduz à busca de pontos que possam ser detalhados pelas narrativas pagãs. A chave aqui é a noção de sincronização. A sincronização é um tipo de interpretação, funcionando em duas vias: por um lado, ela interpreta a narrativa bíblica para os pagãos, candidatos à conversão, equiparando essa narrativa às histórias herdadas de suas tradições; por outro lado, ela interpreta essas narrativas, traduzindo-as nos termos de uma grande história universal de toda a criação. Assim, a sincronização pode ser entendida como estabelecendo os limites da única cognição possível e aconselhável, que é a do entendimento da escritura (naquilo que ela possa ser humanamente inteligível), transformado todo o conhecimento que é obtido por outras fontes em elemento interpretativo das escrituras.

Por isso todas as obras analisadas no período que vai de Isidoro (pelo menos) a Dante representam o momento em que algum grupo que se incorpora à grande irmandade do cristianismo, através da incorporação de suas narrativas tradicionais à narrativa cristã. Essa incorporação se faz em espírito, mas também em corpo: os antepassados são rastreados até a progênie de Noé. Dentro desse conjunto, o *Auraicept* e o *De Vulgari Eloquentia* se configuram como um subtipo especial. Em primeiro lugar, eles não são narrativas históricas dos respectivos povos. O primeiro é um manual de composição poética, que comporta uma descrição do irlandês antigo. O segundo é um libelo de defesa do vernáculo como língua de legítima expressão humana, ao mesmo nível das línguas sagradas (talvez com exceção do hebraico) porque todas recebidas igualmente das mãos de Deus em Babel. Essa defesa do vernáculo se faz, no domínio da Cristandade, no próprio *Auraicept*, com sua defesa de que o gaélico foi a primeira língua, e em pelo menos mais um texto medieval, o *O pismeneh* [Sobre as Letras], do obscuro monge búlgaro do século X, Chernorizets Hrabar [Hrabar do manto negro],

que contestava a ideia de que o alfabeto grego fosse superior ao glagolítico, uma vez que não era sagrado.

A filologia renascentista aprofundou a reconstrução da história de Babel em diversos sentidos. O hebraico não manteve mais inquestionado o seu status como língua adâmica, sendo entendida como uma das derivadas dessa língua original, identificada como o caldaico ou o siríaco (já vimos que essa perspectiva data da historiografia siríaca e árabe medievais). A relação entre as línguas europeias, já figurada por Dante, é ampliada para que nela caiba o cita, algo que, como também já vimos, é antecipado no *Auraicepts*. A sincronização com a narrativa bíblica permanece em todo o período da República das Letras, ainda que o componente filosófico, especialmente no que diz respeito ao que pode ser compreendido, foi alterado porque a perspectiva sobre a autoridade tenha mudado, por causa da Reforma protestante. Na história eclesiástica sob o domínio da Igreja Católica, esta detém a autoridade para determinar o que é ou não aceitável, ela estabelece o limite do que um leigo pode ou não dizer e sobre o que ele pode ou não falar. Muito caracteristicamente, o elemento básico da história de Babel, que predominou no Ocidente Cristão até o fim da Idade Média, é o que já está codificado nas *Etimologias* de Isidoro, reconhecido pela Igreja como um dos seus doutores.

A Reforma vai alterar o cenário, e não apenas do lado protestante. A difusão da livre interpretação das escrituras motivou para van Miert (van Miert, 2018, p. 3) um florescimento do que o autor chama de “antiquarismo eclesiástico”, dos dois lados da disputa: dos protestantes para desbancar as pretensões católicas e também do lado católico, para confirmar as mesmas pretensões. Van Miert observa que o protestantismo original seguia o moto humanista *ad fontes*. Do ponto de vista dos estudos bíblicos, o período dos séculos XVI e XVII constitui o período pré-crítico. No século XVIII, o método histórico-crítico é inaugurado por Richard Simon (id., p. 4). A interpretação bíblica não tem alcance só do ponto de vista metafísico e moral, ela também se estende para a física e a cosmologia (o que podemos entender como uma expansão da sincronização dos primeiros padres cristãos). Por outro lado, o núcleo de assunções filosóficas que embasava essa sincronização se alterou rapidamente durante esse período, primeiro com a adoção de uma perspectiva cartesiana, apriorística, no início do século XVII. A segunda metade do século assiste a lenta decadência da perspectiva cartesiana e a progressiva ascensão do experimentalismo baconiano, do racionalismo baconiano, do mecanismo gassendiano e da matematização newtoniana da física (id., p.232). Descartes e Spinoza são entendidos como pontos de erosão crucial da autoridade bíblica: a dúvida sistemática de Descartes (incomensurável com a autoridade da Bíblia, para van Miert) e a fusão da natureza e Deus para Spinoza era francamente herética. Embora a dúvida cartesiana seja entendida como o instrumento

central de raciocínio, muitos cartesianos não apenas ignoraram a separação cartesiana entre a filosofia e a teologia, mas também utilizaram o modelo baconiano de acumulação estrutural do conhecimento em preferência ao racionalismo cartesiano.

O resultado imediato disso é o abandono, após Boxhorn, não apenas da hipótese crítica e, por trás dela, da ênfase na história de Babel, mas dos últimos vestígios da sincronização. Mais do que isso, abandona-se a antiga perspectiva histórico-filológica herdada dos clássicos, e o passado das línguas – e da linguagem – humanas passa a ser investigado com base numa perspectiva “filosófica”, com os ensaios sobre o entendimento humano de Locke e depois de Leibniz. Por fim, no século XVIII, já a reflexão intelectual do Ocidente está amplamente emancipada do seu antigo suporte teológico. Quando a questão da origem das línguas é recolocada, no âmbito dos filólogos ingleses em Calcutá (Halhed, Wilkins, Jones), dos “pioneiros” e “fundadores” da linguística (os dois Schlegel, Bopp e Grimm), bem como da investigação antropológica da origem do povo indo-europeu (Lassen, Prichard, Pictet), a base dessa busca é empírica, mas os dados não são abordados mais pelo empirismo filológico da República das Letras, mas por uma metodologia comparável à das ciências naturais.

A última mudança a ser descrita diz respeito ao suporte social da atividade intelectual, na República das Letras. A liberdade de interpretação mais do que incorporar o erudito não-eclesiástico, emancipou-o e deu-lhe o total controle da atividade, aos poucos totalmente secularizada. Embora ainda não institucionalizada nos termos em que a linguística o seria no século XIX, o domínio da atividade migra lenta mas decididamente dos primeiros antiquários, editores ou diletantes (Raphelengius, Bibliander) para as universidades (Boxhorn, Jäger).

Considerações finais

A limitação de espaço ditada pelo formato impediu-nos de apresentar um estudo minucioso das concepções sobre a natureza das línguas e da linguagem subjacentes aos textos estudados. É um período muito longo, que comporta, é verdade, uma época de extrema continuidade das narrativas (v.g, entre Isidoro e Dante), mas que se estende por textos de tipos muito diferentes, com propostas também igualmente diferentes. A influência desses fatores foi muito pouco abordada. Nossa escolha dos marcos textuais utilizados não obedeceu a um levantamento sistemático, antes foi feita por rastreamento cruzado das citações encontradas nas fontes historiográficas imediatas. Por fim, o período crucial numa série de aspectos da República das Letras foi muito superficialmente estudado. Especificamente, abordamos de maneira bastante superficial os complexos processos envolvidos no ponto de mutação entre

o pensamento religioso para o pensamento secular e científico que subjaz o surgimento da linguística institucionalizada, embora em linhas gerais alguns de seus principais aspectos tenham sido delineados. Acreditamos, portanto, que o presente trabalho indicou muitas das próximas direções e pontos específicos que merecem um melhor aprofundamento em trabalhos ulteriores.

Referências

ALIGHIERI, Dante. *De vulgari eloquentia*: sobre a eloquência do vernáculo. Tradução de Tiago Tresoldi. Porto Alegre: Tiago Tresoldi Editore, 2011.

AMSTERDAMSKA, Olga. *Schools of Thought*: The development of Linguistics from Bopp to Saussure. Dordrecht: D. Reidel, 1987.

ATANASIU, Vlad. *5170 marches jusqu'à Dieu*: traditions musulmanes relatives à la tour de Babel et à la confusion des langues. *Annales Islamologiques*, n. 35, p. 1-16, 2001

CALDER, George (ed.). *Auraicept na n'eces*: the scholar's primer. Edinburgh: John Grant, 1917.

CAMPBELL, Lyle. *Why Sir William Jones got it all wrong, or Jone's role in how to establish language families*. *ASJU*, n. 40, p. 245-64, 2006.

CROSS, Samuel H.; SHERBOWITZ-WETZOR, Olgerd P. *The Russian primary chronicle*: laurentian text. Cambridge, Mass., The Mediaeval Academy of America, 1953.

HRABAR. *Über die Buchstaben*. Trad. de Marina Sharlaj e Holger Kuße. Disponível em http://tu-dresden.de/die_tu_dresden/fakultaeten/fakultaet_sprach_literatur_und_kulturwissenschaften/slavistik/einblicke/slav_schriften/chrabr_uebersetzung-2.pdf, consultado em 06 de abril de 2021.

DROIXHE, Daniel. *Souvenirs de Babel*: la reconstruction de l'histoire des langues de la Renaissance aux Lumières. Bruxelas: Academie Royale de la Langue et la Litterature françaises, 2007.

ECCLESIASTICAL HISTORY. In: *CATHOLIC ENCYCLOPAEDIA*. Disponível em: <https://www.catholic.com/encyclopedia/ecclesiastical-history>, consultado em 06 de abril de 2021.

ESKHULT, Josef. *Views on language history around 1700: reception and innovation*. Acta Conventus Neo-Latini Upsalensis, v. 14, n. 1, p. 383-94, 2012.

EUSEBIUS. *Ecclesiastical history, with an English translation by Kirsopp Lake*. London: William Heinemann/New York: G. P. Putnam Sons, 1926.

GRAFTON, Anthony; WILLIAMS, Megan. *Christianity and the transformation of the book: Origen, Eusebius and the Caesarea library*. Cambridge, Mass.: Belknap, 2006.

GREGÓRIO DE TOURS e FREDEGÁRIO. *Histoire des francs*. Traduction de M. Guizot. Paris: Librairie Académique, 1862.

ISIDORUS. *Etymologiae*. Disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/isidore.html>, consultado em 06 de abril de 2021.

KOERNER, E. F. K. "Observations on the sources, transmission, and meaning of Indo-european and related terms in the development of linguistics". In: _____. *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1989, p. 149-177.

LAMBE, Patrick J. *Critics and Skeptics in Seventeenth-Century Republic of Letters*. The Harvard Theological Review, v. 81, n. 3, p. 271-296, 1988.

METCALF, George J. *Between methodology and ideology: how facts and theories intertwine in earlier views on diachronic Linguistics*. Ms. 1958.

METCALF, Gorge J. *Indo-european hypothesis in the 16th and 17th centuries*. In: Hymes, Dell. *Studies in the history of linguistics traditions and paradigms*. Bloomington & London: Indiana University Press, 1974.

METCALF, George J. *On language diversity and relationship from Bibliander to Adelung*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2013.

MOUNIN, Georges. *Histoire de la linguistique*. Paris: PUF, 1967.

MORPURGO-DAVIS, Anna. *History of Linguistics: Nineteenth-Century Linguistics*. London/New York: Longman, 1992.

OSSOWSKI, Stanisław. *O nauce*. Varsóvia: P.W.N., 1967.

ROBINS, R. H. *Pequena história da linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

van MIERT, Dirk. *The emancipation of biblical philology in the Dutch Republic, 1590-1670*. Oxford: Oxford University Press, 2018